

PROTOCOLO

Considerando que o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, constitui um passo fundamental no sentido da concretização da descentralização administrativa na área da Educação, na medida em que, entre outros aspectos, clarificou competências a exercer neste âmbito pelas autarquias locais e associou a estas competências processos de actuação e parceria, instrumentos de formalização destes processos, estruturas orgânicas e meios adequados;

Considerando que o referido Decreto-Lei resultou de um intenso e profícuo processo de negociação entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o que lhe confere um carácter amplamente consensual e verdadeiramente eficiente e eficaz na execução da descentralização e territorialização das políticas educativas, para o que conta com dois instrumentos fundamentais, de diferente natureza e alcance: os conselhos municipais de educação e as cartas educativas;

Considerando que a carta educativa constitui o instrumento de nível municipal de planeamento e efectivo ordenamento e reordenamento da rede de ofertas de educação e formação, com especial incidência nos edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada Município;

Considerando que a elaboração e actualização de cada carta educativa pressupõe uma articulação estreita, que a lei previu, entre os níveis central, central desconcentrado e local da administração educativa, como garantia do equilíbrio nacional e da racionalidade dessas ofertas;

9
11.

Considerando que o planeamento assumido em cada carta educativa e a respectiva concretização devem contribuir para a prossecução dos desígnios fundamentais de qualificação das ofertas educativas e das aprendizagens e, em especial: (1) para a requalificação do primeiro ciclo do ensino básico, o que pressupõe a racionalização e a potenciação dos investimentos pela aposta em centros escolares que integrem ofertas do pré-escolar e dos primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (2) bem como para a organização das escolas em agrupamentos, em especial de natureza vertical, assim permitindo o eficaz acompanhamento de todo o percurso educativo e escolar das crianças e jovens;

Considerando que a concretização dos citados objectivos, com especial destaque para a requalificação do primeiro ciclo do ensino básico, assume um sentido estratégico para Portugal, enquanto factor decisivo de promoção do sucesso escolar e educativo e de um modelo de desenvolvimento sustentado na qualificação dos recursos humanos nacionais, pretendendo, por isso, o Governo destinar especificamente para a requalificação do primeiro ciclo do ensino básico verbas da reserva de eficiência do QCA III, conforme previsão do nº1 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro;

Considerando que a requalificação do primeiro ciclo do ensino básico é já objecto de atenção especial do Governo, através de programas de apetrechamento das escolas, nas áreas das tecnologias de informação e comunicação e de novos materiais didácticos, e de um programa destinado à redefinição das competências a deter pelos alunos e, consequentemente, das orientações pedagógicas e didácticas e dos perfis de docência;

Considerando que para a requalificação do primeiro ciclo do ensino básico é igualmente da maior relevância a promoção da detecção precoce que visa

garantir a despistagem de situações, endógenas ou sócio-familiares, inibidoras do processo formativo natural das crianças, com objectivos declarados de erigir uma efectiva escola inclusiva;

Considerando que a requalificação do primeiro ciclo do ensino básico é um objectivo que permite intervenções imediatas de reorganização e concentração das ofertas respectivas, as quais, dada a sua importância, não devem deixar de ser assumidas de imediato;

Considerando que, pelo exposto, se justifica intensificar, sem prejuízo das actuações já desenvolvidas, o processo de elaboração e aprovação das cartas educativas, criando mecanismos ágeis e adequados à vocação muito pragmática e evolutiva das mesmas, no respeito pela natureza, conteúdo, objectivos e regras de elaboração e aprovação previstos no Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, para estes instrumentos de planeamento, e assegurando a articulação estreita, com a contratação adequada, entre cada um dos Municípios e a Administração central e central desconcentrada, que é necessária para a sua elaboração e execução com rigor e sucesso na prossecução dos objectivos, por vezes supramunicipais, que dão justificação a tais instrumentos;

Considerando que o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses entendem que estão reunidas as condições para perspectivar desde já o aprofundamento das competências das autarquias locais na área da Educação;

Entre

O Ministério da Educação,

e

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP),

É celebrado o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

cl
1.9.

Cláusula Primeira

(Objecto)

1. O presente Protocolo estabelece os termos da articulação entre a Administração central e central desconcentrada e cada um dos Municípios para a elaboração das cartas educativas, com vista a, sem prejuízo das actuações já desenvolvidas nesse sentido, intensificar e agilizar o processo dessa elaboração, no respeito pela natureza e vocação pragmática e evolutiva, conteúdo, objectivos e regras de elaboração e aprovação previstos para estes instrumentos de planeamento pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro.
2. O presente Protocolo fixa igualmente os termos da requalificação do primeiro ciclo do ensino básico, estatuidando intervenções imediatas, incluindo na componente financeira dessa requalificação.
3. O presente Protocolo incide, ainda, sobre o aprofundamento da descentralização administrativa na área da Educação.

Cláusula Segunda

(Articulação)

A articulação entre a Administração central e central desconcentrada e cada um dos Municípios para a elaboração das cartas educativas, conforme resulta do artigo 19º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, é formalizada, nos termos do nº6 da mesma disposição, por troca de correspondência entre os Directores Regionais de Educação e os Presidentes de Câmara Municipal respectivos ou por acordo de colaboração, celebrado ao abrigo do nº 1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro, subscrito por estes e homologado pelo Ministro da Educação, consoante se siga, respectivamente, a metodologia prevista na cláusula terceira ou na cláusula quarta.

8
19.

Cláusula Terceira

(Modelo de carta educativa)

1. É aprovado o modelo de carta educativa, que consta do anexo ao presente Protocolo.
2. O modelo de carta educativa deve constituir-se como conteúdo-padrão da carta educativa de cada Município, sendo esta elaborada por um grupo de trabalho constituído por um representante da Câmara Municipal, por um representante do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério da Educação e por um representante da Direcção Regional de Educação.
3. Os serviços da Câmara Municipal e do Ministério da Educação prestam todo o apoio à elaboração da carta educativa, em especial fornecendo a informação necessária e suportando os custos resultantes da sua participação no processo dessa elaboração.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica os projectos de cartas educativas já em curso de elaboração, sendo o modelo de carta educativa um elemento de referência.
5. A carta educativa elaborada nos termos dos números anteriores é sujeita a ratificação do Ministro da Educação, após o que segue os demais trâmites de aprovação previstos no nº1 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro.

Cláusula Quarta

(Situações particulares)

1. Nos casos em que as partes entendam não ser possível utilizar a metodologia referida na cláusula anterior, seja necessário introduzir alterações de fundo no modelo de carta educativa aí referido e/ou seja necessário recorrer a serviços externos à Câmara Municipal ou ao Ministério da Educação, pelas características muito específicas e excepcionais do planeamento a desenvolver, o processo alternativo a

CS
1.01.

- seguir consta de acordo de colaboração, nos termos da cláusula segunda, o qual fixará os respectivos custos, conforme previsão do nº6 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, respeitando custos-padrão.
2. Os custos-padrão referidos no número anterior são os seguintes:
 - a) Concelhos até 10.000 habitantes: 15 mil euros;
 - b) Concelhos entre 10.000 e 20.000 habitantes: 20 mil euros;
 - c) Concelhos entre 20.000 e 50.000 habitantes: 25 mil euros;
 - d) Concelhos de mais de 50.000 habitantes: 30 mil euros.
 3. À carta educativa elaborada nos termos dos números anteriores aplica-se o disposto no nº5 da cláusula terceira.

Cláusula Quinta (Monitorização)

As cartas educativas, uma vez elaboradas e sujeitas a concretização efectiva, devem ser objecto de monitorização permanente pela Câmara Municipal e pelos serviços referidos no nº2 da cláusula terceira, com vista à sua periódica actualização.

Cláusula Sexta (Requalificação do primeiro ciclo do ensino básico)

1. O Governo e os Municípios consideram que a concretização da requalificação do primeiro ciclo do ensino básico assume um sentido estratégico para Portugal, enquanto factor decisivo de promoção do sucesso escolar e educativo e de um modelo de desenvolvimento sustentado na qualificação dos recursos humanos nacionais, comprometendo-se em colaborar nessa requalificação.
2. A requalificação do primeiro ciclo do ensino básico deve contribuir para a prossecução dos desígnios fundamentais de qualificação das ofertas educativas e das aprendizagens, o que pressupõe, nas

CS
1.1.

- instalações existentes ou a edificar, a racionalização e a potenciação dos investimentos, pela aposta em centros escolares que integrem preferencialmente ofertas do pré-escolar e dos primeiro e segundo ciclos do ensino básico, e a organização das escolas em agrupamentos, em especial de natureza vertical, para permitir o eficaz acompanhamento de todo o percurso educativo e escolar das crianças e jovens.
3. Considerando o sentido estratégico nacional da requalificação do primeiro ciclo do ensino básico, o Governo pretende destinar a essa requalificação verbas da reserva de eficiência do QCA III, conforme previsão do nº1 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, através de um programa específico, complementar dos restantes financiamentos ao dispor das autarquias locais, incluindo os disponíveis no QCA III.
 4. O programa específico referido no número anterior assegura o financiamento das Câmaras Municipais à taxa de co-financiamento de 65%.
 5. Cada intervenção municipal de requalificação do primeiro ciclo do ensino básico deve respeitar o reordenamento das ofertas educativas previsto ou a prever na respectiva carta educativa, promover de forma clara os objectivos identificados no nº2 e constar de protocolo de colaboração subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Director Regional de Educação, homologado pelo Ministro da Educação.
 6. Para além do disposto no número anterior, cada intervenção municipal de requalificação do primeiro ciclo do ensino básico deve respeitar as normas definidas para a utilização das verbas respectivas do QCA III, com vista a garantir o cumprimento rigoroso dos objectivos fixados.
 7. As normas referidas no número anterior terão por referência o Programa Especial de Reordenamento da Rede das Escolas do Primeiro Ciclo do

CS
19.

Ensino Básico (PER EB1), já disponível no Alentejo e no Algarve, traduzido nas seguintes orientações principais:

- a) Compete às Câmaras Municipais, sendo assim consideradas despesas elegíveis, a construção de raiz de novas escolas, a ampliação e requalificação de edifícios existentes, desde que avaliada positivamente em sede de carta educativa, incluindo para a criação de novos espaços para além de salas de aulas, como refeitórios, bibliotecas/mediatecas, salas de estudo, salas polivalentes, bem como a requalificação ou a criação de espaços contíguos de recreio, incluindo a instalação de equipamentos lúdicos;
 - b) Compete às Direcções Regionais de Educação, sendo assim consideradas despesas elegíveis, a aquisição de mobiliário e de equipamento didáctico, incluindo informático, para as novas escolas ou para as escolas intervencionadas, através do PIDDAC e do PRODEP, suportando a comparticipação nacional à taxa de 35%, mediante contratos-programa com as Câmaras Municipais;
 - c) As candidaturas das Câmaras Municipais devem conter, entre outra informação que se revele necessária, a fundamentação do respeito pela carta educativa; memória descritiva da intervenção, medição, projecto técnico de execução (quando necessário em função da intervenção) e orçamento por escola; fundamentação do respeito pelos critérios de referência da tipologia das escolas; cronograma da intervenção.
8. O protocolo de colaboração referido no nº5 deve prever, nos casos de intervenções num mesmo espaço físico que englobem mais do que o primeiro ciclo do ensino básico, a repartição de custos entre a Administração central desconcentrada e a Administração local.

Cláusula Sétima

(Intervenções imediatas de requalificação do primeiro ciclo do ensino básico)

1. Devem prosseguir-se, já no decurso do ano lectivo 2004-2005, intervenções de requalificação do primeiro ciclo do ensino básico, através, mediante parecer de cada Câmara Municipal nos termos do nº4 da presente cláusula, do encerramento das escolas com menos de cinco alunos, concentrando noutras escolas os recursos educativos das escolas encerradas, assim quebrando situações de isolamento e assegurando as condições de sociabilidade adequadas ao processo de aprendizagem e de formação da personalidade, promovendo a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, em especial pondo termo às escolas unitárias, permitindo mais apoios educativos e criando condições para coadjuvações docentes, em particular na língua portuguesa e na matemática, nas línguas estrangeiras, na educação física e nas expressões artísticas.
2. Até ao final do ano lectivo 2006-2007 não deverão funcionar escolas do primeiro ciclo do ensino básico com frequência que não seja superior a dez alunos, de modo a dar-se efectivo cumprimento ao artigo 70º do Decreto-Lei nº 35/88, de 4 de Fevereiro, disposição que se mantém em vigor pelo artigo 64º do Decreto-Lei nº 35/2003, de 27 de Fevereiro.
3. A concentração referida nos números anteriores deve ser articulada estreitamente entre a Direcção Regional de Educação e a Câmara Municipal, devendo aquela e os órgãos executivos dos agrupamentos de escolas colaborar com esta na organização dos transportes escolares, do fornecimento das refeições e das actividades de ocupação dos tempos livres, definindo igualmente os encargos acrescidos a que haja lugar e o modo de cobertura destes nos termos dos acordos já em vigor.
4. Quaisquer excepções ao disposto nos nºs 1 e 2 deverão ser fundamentadas, pelas Câmaras Municipais e pelas Direcções Regionais

de Educação, na impossibilidade objectiva de mobilidade das crianças, por razões logísticas (ligadas, nomeadamente, aos transportes escolares e/ou à disponibilidade de refeições e/ou de actividades de ocupação dos tempos livres) e/ou de particularidades do território e/ou do clima, e/ou na inequívoca e insuperável falta de condições das instalações físicas das escolas nas quais a concentração ocorreria.

cl
19.

**Cláusula Oitava
(Divulgação)**

1. Para garantir o cumprimento integral e pontual do presente Protocolo, o mesmo é dado a conhecer a todos os serviços do Ministério da Educação, com as adequadas orientações políticas, competindo em especial à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, ao Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo e às Direcções Regionais de Educação assegurar o referido cumprimento integral.
2. No mesmo sentido de garantir o cumprimento integral e pontual do presente Protocolo, o mesmo é dado a conhecer a todos os Municípios pela ANMP, devendo esta acompanhar a sua execução.

**Cláusula Nona
(Aprofundamento da descentralização)**

1. Entre o Ministério da Educação e a ANMP serão desenvolvidos trabalhos conjuntos, no sentido da identificação de novas matérias a serem objecto de descentralização administrativa na área da Educação.
2. Os trabalhos referidos no número anterior incidirão, em especial, sobre o funcionamento dos agrupamentos de escolas e a gestão do pessoal não docente, nos termos da previsão do artigo 28º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, bem como sobre a extensão genérica da

acção social escolar ao primeiro ciclo do ensino básico, incluindo o fornecimento de refeições.

Feito em dois exemplares, em Lisboa, em 15 de Dezembro de 2004

A Ministra da Educação

Carmino Leal

O Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

Basílio Pereira

Anexo: Modelo de carta educativa